

Mídia e democracia: o pluralismo regulado como arranjo institucional

Luiz Henrique Vogel

Uma das características centrais do debate político contemporâneo é o caráter positivo associado ao conceito de democracia. Partidos e atores sociais das mais diversas correntes de pensamento, embora diverjam em muitos temas da agenda política, são quase unânimes na defesa dos valores da democracia. Dada a sua ampla aceitação, o termo, contudo, foi perdendo seu significado original e se tornou tão impreciso ao ponto de não sabermos mais especificar seus traços distintivos.

A complexidade crescente das sociedades modernas não colabora muito para dirimir esses problemas. Ao contrário, se nas cidades-Estado da Grécia

Nota: Este artigo é uma versão ligeiramente reformulada do quarto capítulo de minha dissertação de mestrado, "A redução da política na teoria da democracia liberal", apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, em outubro de 2002, e orientada pelo prof. Luis Felipe Miguel, a quem agradeço pelas críticas e sugestões. Evidentemente, os equívocos do trabalho são de inteira responsabilidade do autor.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n^o 31, 2003, p. 106-126.

Antiga o “exercício do poder”, por parte dos cidadãos, se realizava em uma esfera circunscrita e presencial – na qual, como destaca Finley (1978: 37), o reconhecimento da necessidade da liderança não implicava a renúncia ao poder decisório por parte dos participantes –, nas sociedades contemporâneas, marcadas pela crescente especialização, divisão do trabalho, interconexão entre as esferas política e econômica e, o que é fundamental para o estudo da relação entre mídia e democracia, o “zoneamento” espaciotemporal da vida social (Giddens, 1989: 172), o poder é exercido de uma forma mediada pela representação política.¹

As questões políticas se tornam cada vez mais especializadas e distantes do cotidiano do cidadão, e o Estado, por sua vez, está em uma posição de dependência, do ponto de vista material (arrecadação de impostos) dos processos que se realizam na esfera da acumulação privada. Além disso, como aponta Przeworski (1989: 172), se, como produtores imediatos, “os assalariados não possuem direito legal à produção, como cidadãos podem demandar tais direitos por intermédio do sistema democrático”. Contudo, o cientista político polonês frisa que, antes da realização futura dos interesses de qualquer grupo, sob o capitalismo, é necessário realizar os interesses dos próprios capitalistas na forma do lucro, estando toda a sociedade estruturalmente dependente das ações destes últimos.

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, organizados na forma de grandes empreendimentos econômicos em busca do maior lucro, também dificulta o trabalho do analista. Além da maior complexidade “técnica” das questões políticas, incrementou-se também uma esfera de “representações” do mundo social que é produzida, para consumo dos cidadãos, pelos meios de comunicação. Assim, um dos traços distintivos da sociedade contemporânea é, segundo a elaboração de John B. Thompson (2000), a mediação de sua cultura. Essa mediação se dá em um contexto de crescente importância dos meios eletrônicos de difusão, em sociedades nas quais o relacionamento entre os domínios “público” e “privado” se tornou mais complexo.

Em vista destas considerações, a ausência de uma reflexão mais demorada e aprofundada, por parte dos teóricos da democracia, a respeito do papel central exercido pelos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas não pode ser considerada um problema menor, secundário. Ao contrário, a escassa compreensão desse fenômeno compromete, de forma significativa, a reflexão desenvolvida por esses teóricos, que não julgam necessário incorporar os meios de comunicação em seus trabalhos, pois consideram que a formação das preferências dos cidadãos acontece na esfera privada e que o processo político é apenas a agregação dessas preferências.

Assim, procuraremos explorar, de forma crítica, três deficiências centrais nas teorias da democracia liberal desenvolvidas por quatro teóricos influentes e importantes no debate político contemporâneo (Joseph Schumpeter, Robert A. Dahl, Anthony Downs e Giovanni Sartori): 1) uma escassa compreensão dos dois sentidos básicos da dicotomia público/privado (John B. Thompson), o que permite uma elaboração tecnocrática da política, sem muito espaço para manifestação das divergências *entre* os próprios especialistas; 2) em função do ponto anterior, a pouca atenção dedicada à reflexão sobre os efeitos que os “campos” político, jornalístico e das ciências sociais exercem sobre o processo de *autorização* política (Pierre Bourdieu); 3) a concepção da teoria da democracia liberal como uma tentativa dissimulada de fortalecer as barreiras das instituições políticas frente às instituições econômicas, culturais (entre elas a mídia, que abarca ambas) e sociossexuais, envolvidas na reprodução sistemática de assimetrias de recursos (materiais e cognitivos) e de poder (Nancy Fraser).

Em função das deficiências que serão apontadas, procuraremos centrar a discussão no seguinte tópico: se, conforme a elaboração de Pierre Bourdieu (1979: 484), uma idéia política é uma *idéia-força*, que “pega” não pela força intrínseca da sua verdade, e sim por sua *pretensão* de tornar-se verdade (que será maior quanto mais poderoso e numeroso for o grupo que ela conseguir mobilizar), não seria o caso de incrementar o “arranjo institucional” das “democracias realmente existentes” incorporando novas formas de organização e regulação dos meios de comunicação social nas sociedades contemporâneas?

Tal modificação não aumentaria o pluralismo do debate político, incrementando a manifestação e a compreensão de diferentes pontos de vista em disputa? Além disso, partimos do pressuposto de que a disseminação e a diversificação dos *meios de produção* das representações do mundo social teriam um impacto significativo no encaminhamento prático das três deficiências apontadas acima (que estão interligadas): maior compreensão, por parte dos cidadãos, de temas relevantes para a agenda pública que, por falta de tratamento adequado (inclusive a manifestação pública das divergências *entre* os especialistas) por parte dos meios de comunicação privados, ficam restritas aos especialistas (ponto 1), o que repercute na *autorização* política (ponto 2) e na expressão pública de reivindicações específicas geradas em múltiplas “esferas públicas” autônomas (ponto 3).

Assim, finalizaremos o artigo com uma reflexão sobre formas alternativas de organização e regulação dos meios de comunicação de massa e seu impacto tanto no modo de funcionamento das democracias contemporâneas (John Keane, John B. Thompson e Robert W. McChesney) quanto no trabalho teórico sobre a democracia. Sem ter a pretensão de propor soluções acabadas,

este debate procura chamar a atenção para as dificuldades envolvidas na criação de um espaço político mais pluralista, no qual os grupos em conflito na sociedade tenham chances mais equilibradas de manifestar suas divergências e de procurar “fazer ver” e “fazer crer”.

1.

Para John B. Thompson (2000), uma das características centrais da política moderna é a administração da visibilidade. Tal estratégia se realiza, segundo o sociólogo inglês, em um contexto no qual as sociedades ocidentais contemporâneas se caracterizam por relações econômicas capitalistas que se desenvolvem no âmbito de um Estado constitucional com instituições democráticas. Existem, contudo, dois sentidos básicos da dicotomia entre público e privado que, se não forem corretamente elaborados, podem dar margem a certas imprecisões e confusões no debate sobre a relação entre mídia e democracia.

O primeiro sentido da dicotomia, por ter sido mais tematizado na literatura acadêmica (que abarca disciplinas como direito, história, sociologia e política, entre outras), é percebido com menor ambigüidade: o que é “público” refere-se ao surgimento do Estado constitucional moderno, cujo poder e monopólio do exercício legítimo da violência está circunscrito em um determinado território; o “privado”, por sua vez, refere-se aos campos da atividade econômica privada e das relações pessoais, que se colocam fora do controle direto do Estado.

Entretanto, a segunda dicotomia – o que é “público” está “aberto”, “visível” e “observável”, “acessível a todos”, enquanto o “privado” está “escondido” da vista, pois é dito ou feito na privacidade – foi menos elaborada e estudada, podendo colaborar, de forma significativa, para esclarecer novas “invisibilidades” que estão associadas com o exercício do poder, no contexto dos Estados constitucionais modernos, e o papel da mídia como “mobilizador de sentido” nas sociedades contemporâneas. Segundo Thompson (2000: 320), os meios de comunicação de massa modificam a natureza da “publicidade”, tornando-a desespacializada e adequada ao consumo no espaço privado, pois não se trata mais de um diálogo aberto, em um local partilhado por todos os participantes.

Essa visibilidade envolve a construção de figuras públicas (entre elas, os políticos, que têm pouca opção fora do espaço propiciado pelos meios de comunicação, especialmente no caso de eleições nacionais) em um contexto de quase interação mediada (pois não envolve a partilha de um local comum e, muitas vezes, nem mesmo de um tempo comum) entre determinados perso-

nagens e seu público, mas cuja visibilidade é “gerenciada” pela própria mídia ou equipes de relações públicas. Nesse contexto, circulam formas simbólicas com diferentes graus de sofisticação, em um espaço social marcado por várias assimetrias de poder e de recursos, materiais e cognitivos, por parte dos receptores.

Na perspectiva da análise da publicidade das instituições do Estado moderno, a mediação da cultura e a administração da visibilidade estão inter-relacionadas, pois a crescente complexidade da intervenção estatal nos processos de acumulação privada e a especialização típica das burocracias modernas dificultam, por si mesmas, o entendimento dessas questões por parte do cidadão. A maior especialização também dá margem, por meio de técnicas como as relações públicas e a publicidade e propaganda, à construção social da “visibilidade” estatal, inclusive a dos seus dirigentes eleitos.²

O foco na segunda distinção entre “público” e “privado”, proposto por Thompson, é importante porque chama a atenção para o enclausuramento, na esfera técnica e burocrática – na criptocracia, segundo Pierre Bourdieu (1979: 478)–, de questões que afetam o público (decisões de investimento estatal, dívida pública, juros, previdência social, entre outras) mas que, por estrangulamentos do “livre mercado de idéias”³ e dos interesses associados à propriedade dos meios de comunicação social, não recebem a devida publicidade.

O estabelecimento de uma multiplicidade de canais de divulgação da informação, associado à possibilidade de manifestação de valores vinculados às diferentes formas de vida em múltiplas esferas públicas autônomas, seria um instrumento importante para a manifestação das divergências *entre* os especialistas, pois deixaria manifestas as diferentes “concepções de mundo” associadas a determinadas escolhas nas políticas estatais. Além disso, a maior circulação de idéias que colocassem em xeque certas decisões tomadas pelos dirigentes do aparelho estatal dificultaria a “administração da visibilidade” das elites no poder, reduzindo, pelo menos, a dominação simbólica associada à posse de determinados recursos cognitivos (desigualmente distribuídos na sociedade).

2.

A perspectiva adotada por Pierre Bourdieu procura entender o espaço político de uma forma relacional. Mais do que isso, considerando que o “campo político” é, juntamente com o campo das ciências sociais e do jornalismo, o lugar da produção das representações sobre o mundo social que, dada a sua eficácia simbólica performativa, acaba produzindo o que diz (inclusive os grupos que são representados por agentes que, ao se constituírem como “representantes” desses

grupos, colaboram para sua criação, “retirando” os indivíduos de seu isolamento anterior), a questão dos instrumentos materiais e cognitivos para a produção das representações sobre o mundo social assume um papel central. Como frisa Bourdieu (2001b: 226),

a luta política é uma luta cognitiva (prática e teórica) pelo poder de impor a visão legítima do mundo social, ou melhor, pelo reconhecimento, acumulado sob a forma de um capital simbólico de notoriedade e respeitabilidade, que confere autoridade para impor o conhecimento legítimo do *sentido* do mundo social, de sua significação atual e da direção na qual ele vai e deve ir.

Bourdieu frisa que, da mesma forma como a “ciência econômica” silencia sobre as condições econômicas e culturais da conduta econômica “racional”, a “ciência política” silencia sobre as condições sociais para a produção de um determinado juízo político. Colocados na condição de “consumidores” de propostas, projetos, programas, análises e comentários, os eleitores podem optar pela abstenção ou pelo desapossamento (que será maior quanto mais distantes estiverem do campo de produção das diferentes representações do mundo social) diante dos profissionais da política. O sociólogo francês considera que, pelo fato de esse desapossamento ir contra a “boa consciência democrática”, a “ciência política” ignora que a capacidade para reconhecer uma questão política como tal (sem recurso a uma apreciação ética)⁴ e de respondê-la utilizando princípios estritamente políticos não é igualmente distribuída na sociedade (existindo, assim, um *pedágio invisível* de acesso à opinião política) (Bourdieu, 2001b: 83).

Desta maneira, há apenas uma probabilidade condicional, segundo Bourdieu, que varia de acordo com as propriedades do respondente⁵ e as propriedades da questão,⁶ para que determinada “opinião” sobre uma questão política possa ser produzida pelos diferentes agentes sociais. Contudo, Bourdieu ressalta que a maior propensão para responder uma questão política específica, entre os indivíduos com maior capital educacional, *não* é um simples efeito da distribuição desigual de uma determinada competência política específica (conhecimento teórico e prático dos problemas ou, ainda, o domínio da linguagem requerida), pois

o “interesse” ou a “indiferença em relação à política” seriam melhor compreendidos se soubéssemos perceber que a propensão a usar um “poder” político (o poder de votar, de “falar de política” ou de “estar envolvido com política”) é comensurável com a realidade deste poder ou, em outras palavras, a indiferença é apenas uma manifestação de impotência. (Bourdieu, 1979: 473)

Considerando a atual estrutura de propriedade dos meios de comunicação de massa, cada vez mais concentrada e voltada para os interesses de valorização de determinadas formas simbólicas, além das assimetrias de recursos materiais e cognitivos existentes nas sociedades democráticas liberais, que tipo de instrumentos de percepção e expressão dispõem os grupos menos favorecidos da sociedade? Segundo Bourdieu (2001a: 165),

dado que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e expressão (princípios de divisão), a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos.

Além dos efeitos da concentração da propriedade e da tendência à *uniformidade*⁷ da programação produzida pelos meios de comunicação, outro fator que dificulta seriamente a manifestação de diferentes concepções sobre a organização da vida social – e que compromete toda concepção teórica que não a leve em conta – é a igualmente concentrada distribuição dos *instrumentos de produção* das formas de expressão lingüística legítima. Como frisa Bourdieu (1998: 50), os mecanismos de reprodução cultural, ao mesmo tempo que promovem a distribuição desigual dos conhecimentos da língua, colaboram para que o reconhecimento da legitimidade de uma determinada forma de expressão seja muito mais uniforme.

Tais mecanismos provocam um efeito de desapossamento duplo nos setores menos favorecidos da sociedade: do lado da produção das representações sobre o mundo social, permite que esses setores reconheçam as estratégias de distinção adotadas pelos profissionais da política quando louvam o discurso competente de um determinado candidato;⁸ por outro lado, gera insegurança e desconforto, no momento da produção de discursos que deveriam expressar os seus interesses diante da sociedade, que foi “treinada” para reconhecer como distintivos e autorizados não só os conteúdos dos discursos, mas também a forma de comunicá-los.

3.

Embora considere que o conceito de esfera pública (por chamar a atenção para a distinção entre o aparato do Estado, os mercados econômicos e as associações democráticas) seja essencial para a teoria da democracia – especialmente por propiciar o entendimento dos limites das “democracias realmente existentes” –, Nancy Fraser (1992: 109-42) acredita que esse conceito necessita de reconstrução e interrogação crítica. Para Fraser, em sua primeira formulação do

conceito de esfera pública, Jürgen Habermas (1984) conferiu pouca ênfase ao fato de que associações (filantrópicas, profissionais e culturais) emergentes da sociedade civil, longe de serem acessíveis a todos, eram um “campo de treinamento” para um conjunto de cidadãos burgueses que começavam a ver a si mesmos como dotados de qualidades (que eram, também, marcas de distinção, o que explica tanto o sexismo como a ausência quase completa de trabalhadores manuais na esfera pública liberal) para administrar a política estatal.⁹

Assim, para a autora, a idéia de “colocar entre parênteses” as desigualdades sociais nesse espaço de interação é totalmente inadequada, pois não percebe que a “interação discursiva no âmbito da esfera pública estava governada por protocolos de estilo e decoro que estavam correlacionados e que eram marcadores de desigualdades de *status*” (Fraser, 1992: 119). Na medida em que a esfera pública burguesa não é um espaço impermeável aos diversos *ethos* culturais existentes na sociedade (que recebem valorizações diferentes dependendo da origem social destes), o que fica colocado em xeque é a autonomia das instituições políticas (tão cara aos teóricos da democracia liberal) em relação ao contexto social em meio ao qual elas se desenvolveram.

Tal concepção traz conseqüências importantes para o debate sobre a relação entre mídia e teoria da democracia. Assim, se, por um lado, os teóricos da democracia liberal acreditam ser possível erguer uma barreira entre os processos políticos (onde todos são iguais, politicamente, para escolher os seus representantes) das instituições econômicas, culturais e sexuais que reproduzem, de forma sistemática, assimetrias de recursos (materiais e cognitivos) e de poder (entendido como a capacidade de influenciar, ou mesmo, de determinar, certos cursos de ação nas esferas pública e privada), Fraser acredita que o “arranjo institucional” mais adequado para as sociedades estratificadas seria, não o fortalecimento de uma única esfera pública, e sim o desenvolvimento dos meios necessários para a criação de *várias* esferas públicas, o que permitiria a manifestação e expressão de múltiplos públicos.

Os efeitos positivos seriam não apenas a ampliação do discurso contestador (necessário frente à crescente uniformização das perspectivas políticas e das “representações” do mundo social oferecidas pelos meios de comunicação), mas também o fortalecimento das identidades coletivas desses grupos e o “treinamento” para atividades de manifestação de preferências políticas em espaços de debate mais amplos. Não há razão, segundo Fraser, para estabelecer, *a priori*, uma fronteira “natural” entre as esferas “pública” e “privada”: a retórica da privacidade doméstica personaliza e familiariza certas questões, enquanto a retórica da privacidade econômica transforma os tópicos do debate em “imperativos do mercado” ou problemas “gerenciais”.

Para superar o enclausuramento dessas questões em esferas discursivas especializadas, Fraser sustenta que são os próprios participantes do debate público, por meio da interação discursiva, que devem decidir os assuntos que concernem ou não a todos (a autora lembra que as mulheres, por exemplo, foram bem-sucedidas em transformar a violência masculina doméstica em um tema de preocupação comum, retirando-o de sua dimensão restrita à esfera “privada”).¹⁰

4.

As considerações acima nos permitem situar melhor a crítica à ausência de um tratamento mais elaborado, por parte dos teóricos da democracia liberal, a respeito do papel dos meios de comunicação e sua relação com o processo democrático. Para os propósitos desta discussão, interessada em questionar e incrementar o “arranjo institucional” das “democracias realmente existentes”, a teoria da democracia desenvolvida por Joseph Schumpeter (a partir da influência de Weber), apesar de todos os problemas teóricos e conceituais apontados por seus críticos,¹¹ tem o mérito de contribuir com argumentos para a crítica da vinculação entre política e verdade, pois os valores últimos que devem governar uma sociedade não podem ser “decididos” por algum tipo de argumentação racional ou dedução lógica.¹²

É essa distinção que informa e estimula o debate sobre o papel central dos meios de comunicação de massa nas sociedades contemporâneas e a necessidade de construção de canais apropriados para a divulgação de concepções políticas divergentes e conflitantes: se nenhuma visão de mundo pode reivindicar a verdade, então é fundamental que os grupos em conflito na sociedade possuam os instrumentos (materiais e cognitivos) para expressar suas divergências, criar identidades comuns e influenciar a inclusão de certos temas na agenda pública. Por outro lado, o “arranjo institucional” proposto pelos teóricos que acompanharam Schumpeter em sua definição “nova e realista de democracia” deixa poucas oportunidades para a expressão de um efetivo pluralismo político (diferentes concepções em competição) e social (experiências e interesses associados às diversas posições na estrutura social), conforme elaboração de Miguel (2001: 61-70).

Assim, a concepção oligopolista da disputa política oferecida por Schumpeter é bastante inadequada para esclarecer e iluminar a realidade social e política das democracias liberais contemporâneas, marcadas por profundas assimetrias de recursos e poder. Ao fazer a defesa do elitismo competitivo, Schumpeter imputa à suposta irracionalidade do eleitor todas as dificuldades que são intrínsecas à dimensão e à complexidade que as questões técnicas e políticas assumem nas sociedades modernas: incapaz de manifestar qualquer

interesse genuíno em relação às questões públicas, o eleitor deve, *isoladamente*, escolher entre as alternativas políticas que foram elaboradas pelas elites. Não seria um caso típico de dessapossamento provocado pela dominação simbólica, pelo reconhecimento da “incompetência” diante do “competente”?

Desta maneira, a partir da definição do método democrático como “arranjo institucional” para se chegar a decisões políticas em que as elites adquirem o poder de decisão através da luta competitiva pelos votos da população, Schumpeter *retira* dos eleitores qualquer possibilidade de manifestação crítica, seja a respeito da forma como seus interesses estão sendo representados ou a inclusão de temas na agenda pública que não foram apropriadamente elaborados pelas elites (a única forma de controle dos líderes por parte dos cidadãos é a recusa em reelegê-los).

Com algumas nuances, os teóricos da democracia liberal posteriores acompanham Schumpeter na consideração do processo político como mera agregação de interesses formados na esfera privada. Embora Robert A. Dahl não compartilhe dos pressupostos de Schumpeter a respeito da “teoria clássica da democracia”, tanto no trabalho *Prefácio à teoria democrática* quanto em *Poliarquia: participação e oposição*, o método descritivo, a função protetora da participação e a competição entre os líderes são aspectos nos quais a influência de Schumpeter se faz presente.

No *Prefácio à teoria democrática*, Dahl (1996: 11) sustenta que a teoria da democracia “diz respeito aos processos através dos quais os cidadãos comuns exercem um grau relativamente alto de controle sobre líderes”, enquanto na *Poliarquia*, “uma característica-chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais” (Dahl, 1997: 25). Embora Dahl (1990: 13), a partir da elaboração de Lindblom (1979), tenha procurado estudar as conseqüências que a posse e o controle das empresas acarretam para a igualdade e a liberdade política, além de procurar investigar as formas por meio das quais um sistema de dominação possa se transformar em um sistema de *controle mútuo* (Dahl, 1982: 33), o cientista político estadunidense tem dificuldades em propor soluções, no nível da esfera pública, para os quatro defeitos constatados por ele nas democracias pluralistas dos países capitalistas centrais: 1) estabilizam injustiças; 2) deformam a consciência cívica (as organizações ajudam a fragmentar as preocupações dos cidadãos); 3) distorcem a agenda pública (algumas alternativas são desconsideradas da discussão séria); 4) alienam o controle final sobre a agenda, pois grupos privados se apropriam das funções públicas, ficando as decisões econômicas cruciais fora do controle do eleitorado ou do legislador (Dahl, 1982: 166).

Assim, no livro *Democracia e seus críticos*, Dahl (1989: 218-9) considera a poliarquia um

sistema (à maneira de Schumpeter) de controle político no qual os oficiais mais graduados do governo do Estado são induzidos a modificar sua conduta para vencer as eleições em competição política com outros candidatos, partidos e grupos; como um sistema de direitos políticos; ou como um conjunto de instituições necessárias para o processo democrático em larga escala.

Nessa concepção da poliarquia, pouca ênfase é conferida à administração da visibilidade nas sociedades contemporâneas e ao papel dos meios de comunicação nesse processo. Por outro lado, pensando nos termos propostos por Maquiavel, não seria o caso de considerar a possibilidade de que os servidores públicos eleitos *não modificassem a política* do Estado, e sim procurassem passar a idéia (por meio das técnicas de publicidade e relações públicas) de que a estão alterando? Em função do zoneamento espaciotemporal da vida contemporânea, como o cidadão pode conferir o que efetivamente está se passando no âmbito da criptocracia? Tal assimetria de informação e de poder não favorece a reprodução das relações de dominação por meio da “mobilização do sentido”?

Embora Dahl (1989: 339-40) considere que é preciso reduzir o fosso que separa a “elite” do “restante” da população, assegurando a informação sobre a agenda pública da forma mais ampla possível, os constrangimentos envolvidos no processo comunicativo não são sequer elaborados. Em função dessa deficiência, Dahl não reflete sobre a possibilidade de o processo comunicacional também permitir a veiculação de valores e “concepções de mundo” (formados em esferas críticas ao *status quo*) que não se coadunam com aqueles temas que estão em pauta na agenda pública, ponto que assume maior relevância na medida em que o autor admite a possibilidade de desacordo a respeito dos *trade-offs* das políticas públicas (o que aumenta a importância do entendimento esclarecido).

Anthony Downs e Giovanni Sartori não fogem à regra dos demais membros da corrente, embora Sartori tenha escrito mais sobre a relação entre comunicação e política. Para Downs (1999: 180), o problema central da teoria política é responder à seguinte pergunta: como é possível desenvolver metas sociais a partir de valores individuais diferenciados? O modelo proposto por Downs pretende resolver esse problema “central” por meio da elaboração de uma teoria na qual o governo formula políticas com o objetivo de permanecer no poder (está preocupado, primariamente, com o voto do eleitor, com sua *opinião* sobre o seu bem-estar), enquanto o eleitor, preocupado com o altíssimo custo da informação, *avalia* a qualidade de sua vida pessoal para decidir se as elites devem ou não continuar no poder. Assim, o papel do *juízo* do eleitor a respeito da realidade social é fundamental na teoria de Downs.

Entretanto, no modelo proposto, que também reduz o processo comunicativo à informação, não há espaço para a elaboração da percepção que o

indivíduo tem da realidade social por meio da mediação exercida pelos meios de comunicação. A concepção que o indivíduo forma da realidade não se restringe apenas ao que ele percebe, de forma direta, a respeito do que acontece em sua vida, mas depende, dado o “zoneamento” espaciotemporal da vida social, da percepção de eventos (ou da descrição destes) que escapam à sua apreensão direta. Esse papel de “dizer o que é o mundo”, exercido pelos meios de comunicação, é completamente ignorado por Downs.

Não há nenhuma preocupação em investigar como se formam as percepções (os princípios de classificação) que os indivíduos fazem do mundo social (ponto 3), seja durante os processos de socialização primária, seja a partir da incorporação de determinadas categorias de percepção da realidade veiculadas pela mídia ou, ainda, vivenciadas em sua experiência cotidiana nos diversos espaços sociais que frequenta (trabalho, escola, família etc.).¹³ A falha em perceber esse ponto acaba conduzindo Downs a uma *circularidade* no modelo, que inviabiliza qualquer compreensão mínima do mundo social. Considerando que a informação (central para o *juízo* a respeito da realidade) é reunida segundo certos *princípios de seleção*, estes serão racionais, para um determinado eleitor, “se a aplicação deles lhes fornecer informação que lhe seja útil para tomar decisões que ajudarão a efetivar o estado social que ele prefere a todos os outros” (Downs, 1999: 233).

Em outras palavras, os indivíduos já estão formados (há uma *preferência* por um certo estado de coisas em relação a outro), e a leitura que estes farão da realidade buscará selecionar especialistas (ponto 1) que compartilham dessa visão prévia. Não seria o caso de perguntar *como* o indivíduo construiu sua percepção do mundo social, em vez de simplesmente pressupô-la como dada (ponto 3)? Não poderia haver divergências inclusive *entre* os especialistas que aplicam os *mesmos* princípios de seleção do eleitor? Não seria interessante tentar pensar de uma forma *relacional* e questionar esse poder que os profissionais da política possuem em “fazer ver” e “fazer crer” (ponto 2)?

Estas perguntas são irrelevantes para Downs (1999: 275-6), pois ele não se preocupa em investigar por que as bases do *poder político diferencial* em uma democracia (isto é, a importância do especialista e do capitalista, a maior atenção que estes recebem por parte do governo) “se radicam na estrutura mesma da sociedade”. Não seria o caso de pesquisar, como procuram fazer alguns cientistas sociais, a respeito das formas pelas quais as instituições políticas se foram configurando em um contexto de relações sociais capitalistas?

Embora discorde, em alguns pontos, dos demais autores da corrente, Giovanni Sartori (1994) também está mais preocupado em fazer a defesa do *modus operandi* das democracias liberais contemporâneas do que em entender os constrangimentos causados pela inserção das instituições políticas nas socie-

dades capitalistas. Concordando com o elitismo competitivo proposto por Schumpeter, Sartori acredita que a democracia deve ser uma *poliarquia de mérito*, pois, enquanto a igualdade de méritos beneficia a sociedade como um todo, a igualdade de falta de méritos é uma igualdade coletivamente prejudicial.

Essa concepção irá se refletir no papel conferido aos meios de comunicação e à “opinião pública” em sua teoria da democracia. Criticando os participacionistas, Sartori (1994: 41) acredita que não devemos exigir demais da opinião pública,¹⁴ colocando o ônus da racionalidade em suas mãos: “a opinião pública – como existe e em sua realidade – pode sustentar e realmente sustenta o edifício da democracia representativa, pois a democracia eleitoral requer da opinião pública exatamente aquilo que a opinião pública dá e provavelmente pode dar”.

Em sua primeira análise do papel dos meios de comunicação no processo democrático, Sartori acredita que a simples concorrência entre meios de comunicação privados é suficiente para a criação de uma opinião pública “autônoma”. Os benefícios dessa concorrência seriam “mecânicos”, isto é, não exigiriam audiência interessada que comparasse uma fonte com outra e, depois disso, formasse sua opinião – embora Sartori não considere que a dependência cognitiva da audiência em relação aos jornalistas continue, mesmo que esta procure outras fontes.

Embora seja possível questionar a correção e a objetividade da informação nos “sistemas policêntricos”, o cientista político italiano acredita que esse problema não é simples de ser solucionado, pois é muito “caro” multiplicar as vozes na sociedade (além disso, ele não vê muitos benefícios palpáveis nessa multiplicação). A defesa final do seu modelo, que também reduz o processo comunicativo à informação, baseia-se na confiança em uma suposta ética profissional, que estaria preocupada com a preservação da verdade, por parte dos jornalistas (Sartori, 1994: 144).

Em trabalho posterior, voltado para a crítica da influência excessiva que a televisão exerce nas sociedades contemporâneas, Sartori (1998: 84) relativiza essa defesa ao questionar a capacidade intelectual dos jornalistas (especialmente os do meio televisivo) em proporcionar informação de relevância e qualidade, o que influenciaria positivamente o debate político. Assim, considerando, por um lado, a complexidade das questões políticas (reduzidas a um problema técnico que aos “competentes” cabe resolver) e a debilitação do *demos* frente a essas questões, trata-se de restringir ainda mais qualquer possibilidade de uma maior participação da população “leiga” na decisão a respeito das questões políticas. Para quem defendia, no livro *A teoria da democracia revisitada*, uma concepção da democracia como “um procedimento para processar quaisquer demandas da sociedade, tudo quanto chegue a ter voz” (Sartori, 1994: 111) – ainda que sem ter

analisado, de forma apropriada, as condições sociais para a expressão desta –, trata-se de um retrocesso em sua concepção do processo político.

5.

Se a ausência de reflexão sobre os meios de comunicação em uma situação de pluralidade desses meios já seria comprometedora, no quadro atual de oligopolização da mídia essa lacuna inviabiliza, de forma importante, o entendimento que os teóricos da democracia liberal propõem a respeito do mundo social. Ao isolarem o processo político das instituições econômicas e culturais nas quais se inserem, os teóricos da democracia liberal são incapazes de perceber que o mercado de bens simbólicos criado pela mídia exerce uma espécie de “censura” sobre a manifestação e a elaboração de concepções divergentes a respeito do processo político (seus temas, a forma de encaminhá-los e os interesses que estão em jogo) e da forma de organização das sociedades contemporâneas. Assim, conforme a elaboração de Ben Bagdikian (1997: 4-26), na veiculação da programação dos meios de difusão eletrônica ou do conteúdo da mídia impressa, a preocupação seria mais de encontrar um público cativo para os anunciantes e menos de elaborar programas voltados para os interesses ou desejos do público.

Para John Keane (1991: 43), dada a complexidade das sociedades modernas, o caráter representativo – isto é, algumas pessoas se comunicam *em nome* das outras – dos meios de comunicação não pode ser deixado de lado. Tendo em vista a característica inescapável dessa representação, Keane acredita que é preciso considerar a possibilidade de que os meios de comunicação estejam *representando* mal alguns cidadãos, o que não foi avaliado de forma adequada pelos defensores da democracia liberal. Por outro lado, por meio da elaboração de um modelo de comunicação social que permita aos cidadãos a *manifestação* de diferentes formas de vida, gostos e opiniões, Keane pretende aumentar o pluralismo das idéias em circulação na sociedade. Mais do que isto, fundamental aqui é o papel que o *acesso à mídia* – ao maior número possível de grupos sociais existentes na sociedade – exerce sobre o processo político. Ao participarem da *elaboração* dos discursos sobre a realidade social, esses setores passam a enriquecer a sua capacidade cognitiva tanto de *formular* propostas quanto de *entender* as estratégias simbólicas utilizadas pelos grupos em conflito.

A concepção do pluralismo regulado como arranjo institucional requer, segundo Keane, uma defesa política e constitucional vigorosa. Embora os críticos não tenham proposto modelos acabados a respeito de como o pluralismo regulado deveria funcionar, as limitações do modelo liberal de comunicação (e de democracia) chamam a atenção do leitor para os obstáculos, no contexto de

uma sociedade capitalista, que a defesa da maior diversidade das concepções políticas e experiências vinculadas a determinadas posições no espaço social deve enfrentar.

Tal perspectiva esclarece, portanto, que a maior pluralidade no acesso aos meios de comunicação é parte da luta pela hegemonia política dos grupos em conflito na sociedade. Tanto o financiamento desses meios de comunicação quanto o conteúdo veiculado por eles se tornariam objeto de resistência por parte de setores vinculados à acumulação privada: 1) haveria resistência quanto aos impostos cobrados para a manutenção destes meios; 2) como o pluralismo regulado pretende romper com o comercialismo vigente nos meios de comunicação, o público atraído pela mídia não-comercial reduziria o número de pessoas expostas aos anúncios veiculados na mídia privada; 3) a maior amplitude do espectro de valores políticos e sociais em circulação na sociedade dificultaria as estratégias de dominação simbólica empregadas por aqueles setores com maiores recursos materiais e cognitivos (Keane, 1991: 150-62).

Assim, não há unanimidade, entre os autores, na questão da forma de organização do pluralismo regulado dos meios de comunicação. John B. Thompson, por exemplo, sustenta tanto a regulação, por meio de legislação (visando a desconcentrar a propriedade dos meios de comunicação), quanto a separação dos meios de comunicação das instituições estatais. Para o sociólogo inglês, o ponto de partida do princípio do pluralismo regulado é a desconcentração de recursos nas indústrias da mídia, pois a proliferação de meios técnicos de difusão permitida pelo avanço tecnológico atual não irá garantir a *diversidade de pontos de vista* e a expressão dos interesses em conflito na sociedade se os meios de comunicação estiverem sob controle de alguns conglomerados econômicos. Além disso, para Thompson (2000: 327), a defesa da liberdade de expressão e da pluralidade de pontos de vista não está garantida apenas pela independência da autoridade do Estado, pois a teoria liberal subestima “o processo que resultou num declínio constante no número de jornais e numa concentração crescente de recursos nas mãos de conglomerados da multimídia e nas de empresários idiossincráticos”.

John Keane (1991: 152), por sua vez, acredita que há incompatibilidade entre uma sociedade efetivamente pluralista e o predomínio, no âmbito da sociedade civil, da produção de mercadorias para a troca. Assim, entendendo a democracia como um “sistema de regras procedimentais com implicações normativas” (Keane, 1991: 168), Keane (1991: 170) acredita que é preciso haver uma ampliação da democracia, a partir da sociedade política, em direção à sociedade civil, o que inclui o debate sobre *onde* os cidadãos devem votar (da mesma forma como, nos séculos XIX e XX, lutava-se a respeito de *quem* deveria votar). Evidentemente, esse tipo de discussão entra em choque com a propriedade privada do capital e a forma de mercadoria do trabalho assalariado.

Além disso, Keane sustenta que o pluralismo dos meios de comunicação se contrapõe à invisibilidade do poder estatal, tão cara aos defensores do mercado liberal. Para o autor, são formas de interferência do poder estatal na mídia tanto a utilização de “poderes de emergência” (no caso de crises institucionais), os segredos militares, as versões mentirosas (produzidas pelo Estado) que não recebem contestação pública, o financiamento da mídia por meio de anúncios, como também o corporativismo (na forma do monopólio do acesso da informação por parte dos burocratas, empresas e sindicatos, que negociam a implementação de determinadas políticas públicas sem a devida participação da população) (Keane, 1991: 95-108). Assim, Keane questiona a *escassa disseminação de informações de interesse público* entre os diversos grupos da sociedade civil.

Concordando com Keane, Robert W. McChesney (1999: 3-4) sustenta que a reorganização da mídia deve ser concebida como parte de um processo de ampliação da democracia, conferindo à maioria o esclarecimento e a igualdade econômica e social necessários para que possam tomar parte das decisões políticas mais importantes. Preocupado com o pequeno interesse que o tema desperta entre os partidos políticos que contestam o *status quo*, McChesney acredita que, no centro do debate sobre a democracia, deve estar a discussão a respeito de como a mídia deve ser controlada e subsidiada.

Uma reforma estrutural da mídia envolveria, segundo ele, a construção de uma mídia não-comercial e não-lucrativa (financiada por sindicatos, fundações e deduções no imposto de renda das pessoas físicas), um serviço público de difusão revigorado (com rede nacional e emissoras locais), regulação da mídia comercial (cujos impostos sobre venda de ativos e veiculação de anúncios poderia financiar a mídia não-comercial) e políticas anti-truste contra as grandes corporações da mídia (McChesney, 1999: 305-14).

6.

A discussão sobre o pluralismo regulado dos meios de comunicação, embora esteja longe de ser conclusiva a respeito de como seria a sua forma adequada de organização nas sociedades contemporâneas, é muito ilustrativa por envolver os três pontos que foram objeto de discussão neste trabalho: 1) na análise das duas dicotomias entre “público” e “privado”, os meios de comunicação são um elemento indispensável para que os cidadãos possam tanto compreender melhor os diversos temas da agenda pública, que, se não receberem um tratamento adequado, ficam restritos aos especialistas, quanto se “proteger” (embora não de forma definitiva) contra os instrumentos de dominação simbólica empregados (de forma consciente ou não) pelos agentes políticos; 2) a democratização do acesso à mídia, que está no âmago da proposta do pluralismo

regulado, permite um “arranjo institucional” em que uma maior diversidade de grupos sociais estejam dotados dos instrumentos de percepção e expressão de suas demandas ao sistema político; 3) por meio de TVs e rádios comunitárias, reivindicações formuladas e expressas em esferas públicas restritas poderiam ser um “treinamento” para a participação em fóruns de debate mais amplos, inclusive por meio da veiculação de programas – produzidos localmente – na TV pública de âmbito nacional.

Considerando que a restrição no *acesso à mídia* é uma das limitações centrais das democracias liberais contemporâneas, o pluralismo regulado dos meios de comunicação pode ser entendido como um instrumento importante para a maior participação política dos grupos dela excluídos. Se for entendido como um processo, como luta pela hegemonia e como parte de um movimento político em direção ao aperfeiçoamento das “democracias realmente existentes” – que passa pelo *reconhecimento* de suas limitações, mas não pela racionalização da exclusão por meio da valorização do elitismo competitivo –, o pluralismo regulado dos meios de comunicação pode ser um instrumento importante de representação, manifestação e aprendizado político por parte dos grupos menos favorecidos da sociedade.

Além disso, a concepção do pluralismo regulado dos meios de comunicação como arranjo institucional oferece um subsídio interessante para a reflexão crítica a respeito dos limites dos modelos de democracia liberal propostos por Schumpeter, Dahl, Downs e Sartori. No arranjo institucional elaborado por Schumpeter, fica evidente a preocupação do autor em erguer barreiras entre os dirigentes políticos eleitos e o restante da população. Arranjar, neste sentido, é dispor, organizar, colocando os agentes nos seus “devidos lugares”. As instituições políticas também estão protegidas, já que o autor reforça a sua separação em relação ao contexto social em que se inserem. Com estratégias e ênfases ligeiramente diferentes, os demais membros da corrente fazem o mesmo.

A reflexão sobre os meios de comunicação e o seu pluralismo regulado aponta tanto para as deficiências dos modelos que fazem a defesa das “democracias realmente existentes” quanto para os caminhos práticos requeridos para uma transformação política das *relações de força* existentes no interior do campo político. Estão envolvidos nessa luta cognitiva, ao mesmo tempo teórica e prática, para definir o *sentido* do mundo social e os caminhos políticos que devem ser seguidos, agentes dotados de instrumentos materiais e cognitivos bastante desiguais. Considerando que o estado atual das relações de força existentes é resultado de disputas que foram travadas no passado – pela posse de determinados recursos e pela imposição de determinadas concepções do que deva ser a organização social –, a perspectiva do pluralismo regulado tende a romper com essa “naturalização” das barreiras entre os politicamente atuantes e os “consumi-

dores” de propostas, programas e teorias, condenados ao silêncio ou ao desapossamento diante dos profissionais da política.

Se, no arranjo institucional elaborado pelos teóricos da democracia liberal, os cidadãos são reduzidos a simples consumidores de políticas governamentais elaboradas pelos “competentes”, o pluralismo regulado dos meios de comunicação chama a atenção para a necessidade de aumentar a diversidade e a visibilidade das concepções de mundo conflitantes na sociedade. Isto inclui o maior questionamento das decisões tomadas pelos especialistas, o desenvolvimento de formas de expressão lingüística que fortaleçam identidades e proporcionem a oportunidade para a manifestação e elaboração de preferências formadas em esferas públicas autônomas, aproximando os grupos excluídos do campo de criação das representações sobre o mundo social.

Notas

1. Segundo Pierre Bourdieu (2001a), os obstáculos morfológicos causados pelas dimensões das unidades políticas (espaço territorial e número de cidadãos) são aumentados pelo dessapossamento econômico e cultural de amplas parcelas da população nas sociedades contemporâneas.

2. Isto não significa, contudo, que essas técnicas permitam aos servidores públicos eleitos dominar a construção de sua “imagem” por parte dos receptores. Como o próprio Thompson ressalta, a administração da visibilidade também envolve riscos, sobretudo por meio da maior exposição dos políticos e das ações estatais que podem dar margem a “acontecimentos mediados”, tais como enchentes no perímetro urbano, desastres ecológicos, falhas na implementação de políticas públicas, entrevistas ao vivo que exponham o político à crítica pública etc. Importa ressaltar, contudo, que a visibilidade dos servidores públicos eleitos é, em parte, produto da “administração” planejada por profissionais.

3. Como veremos mais adiante, na discussão a respeito do pluralismo regulado, trata-se de uma falácia: se, nos primórdios da imprensa, a circulação de idéias (livres da censura estatal) era importante como contra-poder (limitado, por sua abrangência e pelos constrangimentos na recepção, entre eles, o analfabetismo), nas democracias liberais contemporâneas a concentração da propriedade da mídia e sua transformação em grandes empreendimentos comerciais prejudica, de forma decisiva, seu papel de contra-poder crítico.

4. Embora exista uma inter-relação entre fatos e valores em todas as questões políticas, o propósito de Bourdieu (1979: 466-85), ao aplicar os questionários em que procurava detectar o percentual de “não respostas” para determinadas perguntas – cujo vocabulário e problemas oscilavam entre questões próprias do campo político (maior grau de especialização e fechamento) e aquelas mais próximas da vida cotidiana ou com princípios éticos explícitos – era investigar a correlação entre as propriedades da questão e as propriedades dos respondentes.

5. Probabilidade que cresce com o capital educacional (medido por qualificações), o capital econômico (medido pela renda), a posição social, o sexo (maior entre os homens), a idade (maior entre os jovens) e para os que moram nos grandes centros (Bourdieu, 1979: 466-85).

6. Cujas abstenções nas respostas, relacionadas às variáveis como sexo, renda e nível educacional são mais marcantes (isto é, há uma distância maior entre os percentuais de abstenção entre homens e mulheres, indivíduos com maior e menor capital econômico e cultural etc.) se as questões colocarem problemas mais remotos da experiência direta, cujo conteúdo seja mais abstrato, e quando elas requerem uma resposta baseada em princípios políticos específicos (que podem ser percebidos a partir do próprio vocabulário da questão).

7. Segundo Bourdieu (1997), por estarem dependentes do “critério do índice de audiência”, os meios de comunicação tendem a repetir as experiências que tiveram boa receptividade por parte do público, o que aumenta a uniformidade do conteúdo, seja da programação da TV ou do rádio, como também da mídia impressa.

8. Os estrategistas do marketing político procuram, subrepticamente, transformar questões políticas em questões técnicas, que devem ser encaminhadas por aqueles dotados de um “saber” técnico, dificultando a percepção de alternativas políticas igualmente possíveis.

9. Em outro texto dedicado à esfera pública, Habermas (1997: 84) defende “o debate público entre especialistas e contra-especialistas, controlado pela opinião pública, pois há prejuízos, do ponto de vista do conhecimento como do ponto de vista da legitimação, quando processos de sintonia entre Estado e atores sociais tornam-se independentes em relação à esfera pública política e à

formação da vontade parlamentar”. Contudo, em função dos constrangimentos impostos pelo modo privado de gestão da mídia, a reflexão de Habermas fica limitada, pois desconsidera a questão dos instrumentos necessários para que esse debate possa ocorrer, ponto que interessa-nos discutir.

10. A perspectiva adotada por Fraser não pressupõe a existência de um “bem comum” transcendente aos indivíduos. Em sociedades capitalistas, marcadas por assimetrias sistemáticas de recursos e poderes, a expressão “bem comum” seria um caso típico de “mobilização de sentido” a serviço das relações de dominação (John B. Thompson). Mas mesmo em sociedades cuja propriedade dos meios de produção seja coletiva, pode haver conflitos de interesses e divergências quanto à forma de encaminhamento de questões de interesse coletivo (daí o problema da associação entre política e “verdade”).

11. Entre os quais Pateman (1992), Bottomore (1974), Macpherson (1978), Held (1996), Finley (1978), Sousa Santos e Avritzer (2002).

12. Evidentemente, a concepção procedimental da democracia não é neutra, em qualquer contexto social que possamos aplicá-la. Em sociedades capitalistas, como já apontaram Claus Offe e Helmut Wiewenthal (1984), se a democracia liberal inspira e legitima interesses que, por motivos estruturais, já estão suficientemente esclarecidos, então as próprias formas políticas precisam ser consideradas como partes e objetos do conflito de classes que supostamente apenas regulamentam e canalizam. Interessa-nos, contudo, ao criticar o *modus operandi* das “democracias realmente existentes”, chamar a atenção para a necessidade de universalizar as condições de participação e manifestação política.

13. Perguntar por essa formação de preferências não significa concordar com a concepção de Lazarsfeld (1968: 75-85) de que os indivíduos apenas “seguem” as determinantes sociais do seu grupo social. Mais do que apenas “ativar” pressupostos que os indivíduos compartilham com os grupos sociais a que pertencem (o determinismo objetivista de Lazarsfeld, que sustenta que os grupos “existem objetivamente na realidade social”), a função da

campanha política é, muitas vezes, “criar” os grupos aos quais os discursos se direcionam.

14. Em uma elaboração do início da década de 1970, Pierre Bourdieu (1984: 222-35) procurou desmistificar a noção de “opinião pública”, questionando seus três pressupostos: 1) todos podem possuir uma opinião; 2) todas as opiniões são equivalentes; 3) há um acordo sobre as questões que merecem ser colocadas.

Referências bibliográficas

- BAGDIKIAN, Ben. 1997. *The media monopoly*. Boston, Beacon Press.
- BOTTOMORE, Thomas B. 1974. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. 1979. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Minuit.
- . 1984. *Questions de sociologie*. Paris, Minuit.
- . 1994. “L’emprise du journalisme”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 101-2.
- . 1997. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- . 1998. *Economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo, Edusp.
- . 2001a. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- . 2001b. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CHAUÍ, Marilena. 1989. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez.
- DAHL, Robert Alan. 1982. *Dilemmas of pluralist democracy: autonomy vs. control*. New Haven, Yale University Press.
- . 1989. *Democracy and its critics*. New Heaven, Yale University Press.
- . 1990. *Um prefácio à democracia econômica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- . 1996. *Prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- . 1997. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo, Edusp.
- . 2001. *Sobre a democracia*. Brasília, EdUnB.
- DOWNS, Anthony. 1999. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo, Edusp.
- FINEY, Moses. 1978. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro, Graal.
- FRASER, Nancy. 1992. “Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy”, em CALHOUN, Craig (org.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, Mass., The MIT Press.
- GIDDENS, Anthony. 1991. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Unesp.
- HABERMAS, Jürgen. 1984. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- . 1997. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

- HELD, David. 1996. *Models of democracy*. Cambridge, Polity Press.
- KEANE, John. 1991. *The media and democracy*. Cambridge, Polity Press.
- LAZARFELD, Paul F., BERELSON, Bernard & GAUDET, Hazel. 1968. *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York, Columbia University Press.
- LINDBLOM, Charles. 1979. *Política e mercados*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MACPHERSON, C. B. 1978. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro, Zahar.
- McCHESNEY, Robert W. 1999. *Rich media, poor democracy: communication politics in dubious times*. Urbana, University of Illinois Press.
- MIGUEL, Luis Felipe. 2000. "Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 49. p. 51-77.
- . 2001. "O jornalismo brasileiro representa quem?". *Cadernos do Ceam da UnB*, Brasília, n. 6. p. 61-70.
- . 2002. "Campos sobrepostos: os meios de comunicação e as transformações da prática política". *Lua Nova*, São Paulo, n. 55.
- OFFE, Claus & WIESENTHAL, Helmut. 1984. "Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional", em OFFE, Claus. *Problemas estruturais no estado capitalista*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- PATEMAN, Carole. 1992. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PRZEWORSKI, Adam. 1989. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Cia. das Letras.
- SARTORI, Giovanni. 1994. *A teoria da democracia revisitada*, vol. 1. São Paulo, Ática.
- . 1998. *Homo videns: la sociedad teledirigida*. Buenos Aires, Taurus.
- SCHUMPETER, Joseph. 1984. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SOUSA SANTOS, Boaventura & AVRITZER, Leonardo. 2002. "Para ampliar o cânone democrático", em SOUSA SANTOS, Boaventura (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- THOMPSON, John B. 2000. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Vozes.
- WEBER, Max. 1999. *Economia e sociedade*, vol. 2. Brasília, EdUnB.

(Recebido para publicação em dezembro de 2002).